

# A MOBILIZAÇÃO DE LIDERANÇAS NA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

REGIANE NITSCH BRESSAN<sup>1</sup>  
[regiane.bressan@unifesp.br](mailto:regiane.bressan@unifesp.br)

Área: Relações Internacionais  
Painel: Fortalecimento dos esquemas de integração na América do Sul

## Resumo

O propósito deste trabalho é debater a mobilização de cinco grupos de lideranças - governos, partidos políticos, empresários, sindicatos e atores sociais - em torno dos processos de integração regional sul-americanos. Além dos governos, a atuação dos demais atores é fundamental para a reconstrução, encaminhamento e evolução da cooperação regional. Por sua vez, o desenvolvimento do regionalismo acarreta maior envolvimento da sociedade civil e grupos de interesse, os quais se articulam no plano regional para consolidar sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos, podendo definir novos propósitos e nova identidade ao processo. Todavia, não necessariamente esses atores provocariam o seu aprofundamento. A partir de seus valores e percepções, essas lideranças visam defender suas preferências, podendo atuar de forma favorável ou contrária aos projetos regionais. Assim, o trabalho adotou o modelo teórico que explica esta dinâmica, fundamentada em quatro dimensões, 1. integrativa, 2. desintegradora, 3. colaborativa e 4. resistente. A partir de suas percepções e interesses, estes atores irão se mobilizar, atuando de forma positiva ou negativa ao processo. Além disso, às elites são ofertados alguns canais e mecanismos de participação nos projetos regionais, os quais ainda são restritos e carecem de poder decisório, embora constituam os primeiros instrumentos para maior envolvimento destas lideranças. Por sua vez, as elites também se mobilizam no plano interno e regional, criando órgãos de representação, alianças, redes, cúpulas sociais e fóruns, objetivando a ampliação e fortalecimento de mobilização e convergência de propósitos no âmbito regional.

*Palavras-Chaves: Integração Regional, Elites, América do Sul.*

## Introdução

O principal objetivo deste trabalho concerne na apreciação da percepção, mobilização e participação de lideranças na integração sul-americana. O foco deste estudo baseia-se nas

---

<sup>1</sup> Professora de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Econômica e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutora e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP).

características, preferências, incentivos e capacidade de atuação dos cinco segmentos de elites: governos, partidos políticos, empresários, sindicatos e atores sociais, de cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Venezuela, em relação ao processo de integração da América do Sul.

O trabalho demonstra a relevância desses atores nos projetos sul-americanos, como protagonistas da constante reconstrução e encaminhamento destes processos. Embora a integração regional possa emergir de motivações externas como a inserção econômica no mercado global e a tendência mundial de regionalização, a criação integração regional não se limita a esses fatores, por transcender a esses incentivos externos e se reconstruir constantemente pelos principais atores domésticos.

Além dos governos, a atuação dos demais atores no regionalismo é entendida como um pressuposto fundamental para que haja a evolução da cooperação para a integração (MARIANO, 2007). Com o retorno da democracia nos países envolvidos, vislumbra-se a ampliação e aprofundamento na relação entre os países e suas elites, favorecendo inclusive, a capacidade dos governos em expandir e fortalecer os objetivos da integração entre elites e sociedade, dinamizando o projeto regionalista. O avanço destes projetos provoca maior envolvimento de certas lideranças, as quais criam esforços no âmbito regional para fortalecer sua capacidade de pressão e influência sobre os respectivos governos, podendo estipular novos propósitos e identidade à integração regional. Dessa forma, constituem agentes relevantes na esfera decisória e na dinâmica da integração.

A perspectiva deste trabalho é que a integração regional, sobretudo no *regionalismo pós-liberal*, está se aprofundando em assuntos que vão além aos aspectos comerciais e econômicos, ocasionando maior participação das elites e atores envolvidos. Ademais, os avanços logrados tendem a influenciar cada vez mais as sociedades dos países membros, ampliando o interesse e a mobilização, sobretudo da sociedade civil. Entretanto, não é certo que estes atores provocariam o seu aprofundamento, pois dependendo de suas predileções, estes agentes podem atuar contrariamente ao regionalismo, como será discutido pelo modelo teórico adiante.

## **2.1. As elites na integração sul-americana**

Dotado de complexidade, o desenvolvimento da integração regional incorpora, simultaneamente as ordens econômica, política e social dos países membros, bem como, questões e interesses de governos e demais elites envolvidas. Dessa forma, valendo-se de grande dinamismo, as regras do jogo nas dimensões política, institucional, econômica e social dos projetos regionais, são estabelecidas e modificadas a partir da interação entre os atores nacionais e regionais, cujas preferências e percepções heterogêneas modelam as características do regionalismo sul-americano (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Embora as lideranças políticas sul-americanas, sobretudo os presidentes, tenham papel relevante na criação dos processos de integração regional, sua evolução é dependente do envolvimento das forças da sociedade – intelectuais, empresários, agricultores, sindicatos patronais, movimentos sociais, partidos políticos entre outros (CERVO, 2011).

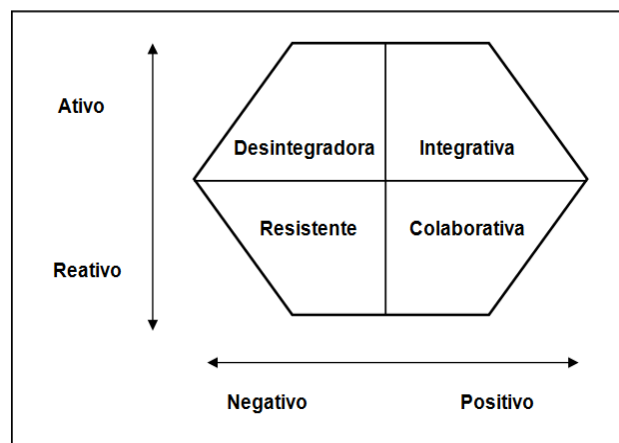
Além de serem carregadas de valores e preferências intrínsecas, as elites atuam a partir da interação entre seus diferentes segmentos e por intermédio da construção de coalizões regionais, como acontece entre as elites sindicais dos diferentes países da região. Além disso, diferentes segmentos formam alianças, como os atores sociais quando atuam em conjunto aos empresários. Estas coalizões podem acontecer de forma independente do governo, inclusive afora às políticas externas do Estado. Com isso, as percepções e interesses das elites provocam a definição de posições, de coalizões entre diferentes segmentos ou entre

elites de diferentes países, e até ações concretas frente à integração regional. Portanto, entender essa dinâmica é uma condição fundamental para a interpretação mais ampla e completa da integração sul-americana.

Caracterizada pelo seu pluralismo, as elites reagem de diferentes maneiras aos estímulos provenientes do exterior e do plano doméstico. Diane Tussie e Pablo Trucco (2010) definiram a dinâmica bipolar da atuação desses atores em ativo e reativo. Enquanto uma elite ativa detém a iniciativa, a outra responde a essa ação caracterizando-se como reativa. As alterações positivas advindas do pólo ativo são consideradas ações *integrativas*. Por sua vez, o pólo ativo contrário à integração, pode provocar ações de efeito negativo, denominadas ações *desintegradoras*.

Quanto ao pólo reativo, a percepção e reação da elite que recebe o estímulo podem ser colaborativas quando esse ator adotar uma postura receptiva e positiva; ou podem se caracterizar pela resistência e rejeição, ao recusar a iniciativa da parte ativa, respondendo negativamente. Ambas as formas de reação, sendo ativa ou reativa, são complementares e igualmente importantes na conformação na integração, ainda que o impacto de cada uma gere diferenças fundamentais na constituição da integração.

**Figura 1. Atuação dos atores na dinâmica da integração regional**



Fonte: Adaptado de TUSSIE; TRUCCO, 2010.

No caso das políticas ativas domésticas favoráveis à integração, melhor será quanto maior for o respaldo interno. Geralmente, essas políticas não apresentam resistência dos atores internos, pois não são entendidas como ameaças externas e resultam, em sua maioria, em negociações junto aos governos em prol da integração.

Embora também essenciais para o êxito da integração, as posições reativas sofrem maior resistência, principalmente quando advêm de elites de outro país membro. São políticas que demandam apoio e liderança por parte das elites governamentais, para que gerem confiança e agreguem elites internas relevantes (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Isso pode ser conquistado com a persuasão das elites descrentes em torno dos amplos benefícios e das novas expectativas positivas proporcionadas pelas ações dos outros atores, inclusive para a consecução do *spillover*, conforme previsto por Ernst Haas (1963).

Não obstante, a postura ativa e reativa não se refere a um país ou posição oficial do governo, mas quanto às percepções e ações concretas empreendidas por cada ator em cada uma das dimensões e subdimensões da integração regional. Assim, um mesmo ator pode ser favorável em uma dimensão, mas implantar políticas contrárias em outras questões. São comuns situações em que o governo impulse políticas integrativas, enquanto prevalece

uma postura reativa em outras áreas (EPSTEYN, 2010). Esta dicotomia pode ser visualizada pelas ações do Brasil, quando o governo adotou políticas para aumentar o peso do bloco face às potências internacionais, e ao mesmo tempo, mostrou-se reticente na discussão de regras e disciplinas comerciais no âmbito do bloco, bem como resistente na assinatura de acordos de proteção de investimentos com os países vizinhos. Portanto, simultaneamente, são identificadas políticas que promovem a integração, e outras que a limitam.

Da mesma forma, é frequente a coexistência de uma posição integrativa política por parte do governo, e posições contrárias por parte das demais elites (DURÁN; ORYARZÚN, 2010). Favorável ao projeto da UNASUL, o governo chileno contribuiu para fortalecer a legitimidade de visibilidade internacional desse novo organismo regional. Enquanto isso, os empresários do país resistiram firmemente para apoiar o órgão, porque defendiam que a heterogeneidade entre os membros da União, seria um obstáculo aos objetivos chilenos na região.

Essa contrariedade de percepções entre a liderança governamental e os atores domésticos, também pode ser observada nas elites políticas argentinas e brasileiras em relação ao ingresso da Venezuela no Mercosul; gozando de forte impulso pelo governo argentino, a resposta favorável do Congresso da Argentina a essa questão, superou a resistência dos partidos políticos opostos. A força política do governo argentino também foi construída com a resposta colaborativa das demais elites políticas (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Diferente disso, no Brasil, onde o governo e as entidades sindicais se mostravam favoráveis à ampliação do Mercosul com a entrada da Venezuela, a resistência do Congresso Nacional manteve-se bloqueando o ingresso venezuelano por aproximadamente três anos. Em 2009, o Senado do Brasil aprovou a entrada venezuelana após um longo debate interno.

As políticas ativas não se limitam ao dinamismo positivo à integração regional. Tão ativas quando as anteriores, as políticas obstrutivas atuam contrariamente à integração, caracterizando-se como *desintegradoras* ou ativas negativas. Dentro do regionalismo, políticas ativas venezuelanas são vislumbradas em todas as dimensões, ainda que nem todas sejam favoráveis à integração (SERBIN, 2010). Na dimensão política, as políticas governamentais defendem uma integração plena dentro do paradigma bolivariano, inclusive para fazer frente ao peso da influência estadunidense no hemisfério. O forte impulso para iniciativas de integração, como a proposta da ALBA e o apoio aos demais processos, como a UNASUL, comprovaram a inclinação política do país. Contudo, a Venezuela também demonstrou postura ativa, porém desintegradora no setor econômico, com a nacionalização das companhias de petróleo e o plano de fluxos de capitais privados.

A hostilidade de Chávez contra importantes setores do empresariado venezuelano mediante as nacionalizações em setores diversos como construção, siderurgia, financeiro e alimentos, provocou um clima adverso para os investimentos estrangeiros sejam sul-americanos ou extra-regional. Inclusive, porque o governo venezuelano nacionalizou investimentos que afetaram diretamente os interesses de atores sul-americanos, como a Companhia de Siderurgia de Orinoco (SIDOR), a maior empresa do setor no país, que foi nacionalizada em 2008, sendo antes controlada pela empresa argentina Techint (SERBIN, 2010).

Não é simples distinguir a diferença entre as políticas desintegradoras e resistentes (TUSSIE; TRUCCO, 2010). No caso da nacionalização da SIDOR, consiste em uma política desintegradora com efeito dinâmico, justamente, porque houve uma ação contrária a uma política integradora e efetivada por outro importante ator sul-americano, a empresa argentina. Da mesma forma, em 2006, o presidente boliviano Evo Morales anunciou a nacionalização do setor de gás e petróleo do país, ocupando militarmente as refinarias e contrariando a presença da empresa brasileira Petrobrás nessa atividade. Muito embora as ações

desintegradoras não se limitem à ação governamental, a sociedade civil da Argentina também demonstrou algumas vezes políticas desintegradoras com o conflito das papeleiras, envolvendo a Argentina e o Uruguai desde 2003, e afetando outros setores da integração regional (TUSSIE; TRUCCO, 2010).

Assim, as políticas ativas das elites sul-americanas resultam em um conjunto complexo, o qual determina a economia e a política dos processos de integração regional. Os êxitos e os fracassos de cada elite sobre seus próprios objetivos, determinam um processo de integração com avanços e retrocessos, dependente desses atores. Divididos pelos segmentos de cada elite, os próximos itens explanam, brevemente, a participação e mobilização das elites na integração regional da América do Sul, afetando essa dinâmica de ações, reações e respostas, determinante da evolução dos projetos integrativos.

## **2.2. Governos**

O estudo do modelo de integração sul-americano revelou a prioridade dada às elites governamentais no centro decisório desses processos, atuando de forma integrativa e desintegradora quando lhes convém. O Estado, entendido como o aparelho burocrático, unitário ou segmentado, revelou-se o principal ator nos projetos sul-americanos (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Por sua vez, a característica estritamente intergovernamental e centralizadora da integração propiciou uma dinâmica ágil entre as elites governamentais, em detrimento da maior participação dos outros atores (MARIANO, M., 2011). Consequentemente tornou o regionalismo dependente da política conjuntural dos países envolvidos (SARTI, 2011).

Na Comunidade Andina, ainda que seu desenvolvimento pudesse apontar para a supranacionalidade, o bloco vem sofrendo retrocessos no campo da supranacionalização de normas (ONUKI; OLIVEIRA, 2006), evidenciando a característica governamental no processo decisório. Com o desenvolvimento da estrutura institucional do Pacto Andino, aumentou a preocupação de um possível enfraquecimento da soberania estatal, levando a maioria dos governos a decidir por uma estrutura de caráter intergovernamental, na qual as elites governamentais constituem os principais atores e centralizadores da tomada de decisão (BUSTAMANTE, 2006).

No Mercosul, a história do bloco demonstrou desde seus antecedentes, da Declaração de Iguazu até os dias atuais, a centralidade dos governos, essencialmente do Poder Executivo, no núcleo do poder decisório do bloco (MALAMUD, 2010; MARIANO, M.; 2011).

Assim, entre as elites governamentais, os presidentes gozam de maior autonomia e poder decisório, inclusive em relação aos parlamentares, na arquitetura regional do Mercosul, como é aprofundado no próximo item.

### **2.2.1. Executivo**

No âmbito da integração sul-americana, os presidentes são os artesãos das políticas, conformando características institucionais singulares, principalmente, ao regionalismo do Cone Sul. Tanto na fase embrionária do Mercosul (1985-1991), como após sua criação, o bloco assistiu um alto nível de ativismo presidencial. Desde então, os presidentes demonstraram uma significativa autonomia na tomada de decisão a respeito dos assuntos da integração, concentrando poder tanto na imposição, quanto na contenção das decisões dos outros atores na integração (MALAMUD, 2010). Indubitavelmente, são os atores mais ativos na dinâmica da integração.

Segundo Andrés Malamud (2010), o êxito do processo de integração do Mercosul é

marcado pela *diplomacia presidencial*, a qual consiste na intervenção intensiva dos presidentes da República nas negociações de uma decisão crucial ou de um conflito crítico. Na diplomacia presidencial, o predomínio da presidência é notório, diante o fato de esses atores serem provedores de decisões, autoridade e resolução de disputas. Desde 1985, os presidentes argentinos e brasileiros exerceram a diplomacia presidencial para solucionar questões relevantes ou conflituosas entre os dois países.

Assim, na construção do Mercosul, aos presidentes lhes foram outorgadas alta concentração de poder e autonomia. Tal fato decorre da própria estrutura constitucional do Poder Executivo dos países envolvidos, caracterizada com algumas diferenças, pela autonomia decisória do gabinete, pela sua capacidade de iniciativa legislativa e de emitir decretos, e ainda, pelo poder de veto sobre o legislativo (MALAMUD, 2010). Ainda é possível lhes somar outros fatores extraconstitucionais dependendo do país envolvido, como as condições de liderança, o poder de influência sobre o Poder Judicial e acumulação de recursos econômicos extraordinários no nível federal (ESCUDER; IGLESIAS, 2010)

Em estudo específico sobre o presidencialismo na América Latina, Andrés Malamud (2001) explicou que o fortalecimento generalizado dos poderes presidenciais deve-se, sobretudo, às estratégias estabelecidas por esses atores para gerir crises econômicas e instaurar reformas estruturais. Além disso, os chefes de governo visaram desenvolver as suas capacidades para formular e promulgar algumas medidas por meio de planificações confidenciais, evitando o debate público e legislativo. Entretanto, nos casos em que o consenso era necessário, os presidentes foram capazes de estabelecer coligações de apoio às suas políticas.

Portanto no regionalismo do Cone Sul, os presidentes adotaram decisões que poderiam comprometer a soberania nacional, sem enfrentar importantes vetos provenientes de outros atores. Além do alto grau de concentração de poder, outorgando-os autoridade sobre os atores potenciais com poder de veto, a própria política externa ofereceu aos chefes do executivo maior margem de manobra que a política doméstica (ROGOWSKI, 1999; MALAMUD, 2010). Monica Hirst (1996) foi mais enfática no poder dos presidentes na conformação da integração do Mercosul, ao afirmar que as negociações do bloco constituem um projeto de governo e não de Estado, para inclusive consagrar a liderança pessoal dos presidentes.

Carlos Menem, Fernando Henrique Cardoso e Fernando de La Rúa fizeram um extenso uso das prerrogativas para negociar e assegurar os acordos com suas contrapartes. Da mesma forma, o conflito do comércio de açúcar entre Brasil e Argentina, a controvérsia quanto ao setor automobilístico entre os mesmos países, e a crise econômica de 1999 a 2002 que assolou o Mercosul, compuseram cenários comprobatórios de que intervenção presidencial redirecionou o processo de integração, solucionando disputas, modelando resultados, delineando novos caminhos e propostas ao bloco (MALAMUD, 2010). Nesse contexto, a concentração do presidencialismo colaborou na promoção da integração regional de duas maneiras:

1. A capacidade constitucional dos presidentes conferiu confiança aos outros atores, os quais sabiam que suas políticas não seriam bloqueadas.
2. A preeminência dos presidentes configurou aos atores sociais, um mecanismo para canalizar os seus interesses, agilizando a tomada de decisão diante conflitos eminentes, como do setor automobilístico e dos eletrodomésticos da linha branca.

Como resultado, a intervenção presidencial na gestão do Mercosul tornou-se elemento estrutural. Somam-se a ela, os operadores governamentais correspondentes à corporação diplomática, que no caso brasileiro, formam a supremacia de poder sobre os destinos da

integração, sobrepondo-se, inclusive, aos demais atores governamentais, como os parlamentares (MARIANO, M., 2011).

No caso da Argentina, a atuação presidencial denotou papel de destaque não somente na fase de tomada de decisão e orientação estratégica, mas também na administração dos assuntos diários. A diplomacia presidencial foi eficaz nos primeiros anos do processo de engajamento político no marco da agenda de criação do processo, simplificando e facilitando todas as negociações (JORDANA; RAMIÓ, 2002). A concentração dos assuntos da integração nas competências e iniciativas políticas do Poder Executivo, dominado por um presidente de fortes poderes formais, foi conjugado com o apoio formal do Ministério da Economia, Obras e Serviços Públicos e do Ministério das Relações Exteriores (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

No caso da Venezuela, o presidencialismo no governo de Hugo Chávez também foi protagonista do processo de tomada de decisão, sobretudo nas questões de política externa e integração regional. Segundo Carlos Romero Méndez (2007), os demais atores políticos do país não foram consultados sobre o interesse da Venezuela em ingressar no Mercosul, bem como em outras questões relevantes da política externa do país, como a proclamada rivalidade política com os Estados Unidos instituída na agenda governamental de Chávez, e a saída do país da Comunidade Andina em abril de 2006 (SAINZ BORG, 2007).

O presidencialismo parece imperar na estrutura da política externa da região. A política externa do Chile também representa um campo tradicional de dominância do executivo. A constituição de 1980 e as reformas subsequentes não erodiram o papel central do Presidente da República em assuntos internacionais (BUSTAMANTE; RIVERA, 2011).

Por sua vez os demais atores, sejam empresários, partidos políticos, lideranças da sociedade civil entre outros, enfrentam ausência de canais para inferir e conter a supremacia presidencial. Como um círculo vicioso, a débil participação desses atores intensificou e concentrou, ainda mais, o poder presidencial na gestão do Mercosul, anulando a capacidade de veto por esses atores, ocasionando interação deficiente entre os setores público e privado e o relativo desinteresse dos atores sociais por maior participação no processo de integração.

Nessas circunstâncias, muitas vezes a defesa dos interesses das elites políticas e econômicas acontece através de *lobby* aos negociadores nacionais. Ou seja, no caso do Mercosul, a dinâmica do processo ficou isolada dos atores que poderiam propiciar disciplina política e econômica. Com isso, o bloco enfrentou dificuldade para estender sua base de apoio para além dos presidentes e corpo diplomático (ESCUDER; IGLESIAS, 2010).

Ao mesmo tempo, enquanto os interesses dos atores sociais transpõem as fronteiras domésticas, crescem as expectativas de participação por parte de grupos econômicos e sociais no regionalismo. Quando não encontram canais institucionalizados para tanto, procuram outras formas de intervenção para seus interesses (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Entretanto, o predomínio da diplomacia presidencial não descaracteriza a influência que sofrem as elites governamentais na formação da preferência nacional. Os governos, além de enfrentarem cada vez mais a interferência destes diversos atores múltiplos, dotados de interesses divergentes, assistem às novas expressões sociais emergentes da última década, que lutam pelo seu espaço também no plano regional. As estratégias particulares de pressão acontecem também pela fraca atuação dos parlamentares nas instâncias decisórias da integração, como no Parlamento do Mercosul e no Parlamento Andino, analisado adiante.

### **2.2.2. Legislativo**

No âmbito do Mercosul os parlamentares tiveram, primeiramente, espaço de atuação na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPC) de 1994 a 2007, quando foi

substituído pelo Parlasul. A CPC tinha caráter predominantemente consultivo. Embora fosse uma estrutura institucional, exercia moderada influência na integração, muito pouco na representação efetiva dos interesses políticos e sociais, sendo subordinada ao Conselho do Mercado Comum (CMC), instância máxima do bloco (VIGEVANI; MARIANO; OLIVEIRA, 2000). Inclusive, a relação pouco estreita entre a CPC e o CMC era outra preocupação, por maior diálogo entre os parlamentares e os representantes do Poder Executivo dos quatro países.

O Parlasul, além ser a representação legislativa no bloco, implica em uma interação mais direta com a sociedade, bem como a institucionalização de regras democráticas para a escolha de seus integrantes. Sua função é mantida em relação à função da CPC, propor projetos de normas do Mercosul a serem considerados pelo CMC - instância que decide sobre a sua incorporação. O caráter propositivo do Parlasul pode ser considerado um avanço, pois supera a limitação da CPC de ser meramente consultivo. Contudo, o desequilíbrio permanece entre os poderes, pois o CMC – órgão representante do Poder Executivo e de estrutura intergovernamental - permanece como instância de máximo poder na integração (MARIANO, K., 2011). Da mesma forma, na Comunidade Andina, o poder legislativo do Parlamento Andino no seu tratado constitutivo possui somente faculdade propositiva, sendo que a proposição legislativa não cria qualquer obrigação que implique na sua aprovação (CERA, 2009).

No estudo do presidencialismo na América Latina, Andrés Malamud (2001) é bastante enfático que as coligações no âmbito do governo não consistem apenas em coordenação entre o presidente e os parlamentares pela divisão de poder. Pelo contrário, para o autor, os presidentes da América do Sul estabelecem coligações para governar eficientemente, e não como meio de dispersão de poderes. Por sua vez, a fragmentação do sistema partidário é outro fator que explica o desempenho supremo dos regimes presidencialistas. Com a fragmentação partidária na região, a presidência não perdeu seu controle sobre a política, mas observa-se o enfraquecimento parlamentar diante do poder presidencial (SHUGART; MAINWARING, 1997).

Com o avanço da integração, a motivação pelo processo aumentou, inclusive no tocante à participação parlamentar, o qual justifica o crescente interesse e temor da sociedade e seus grupos organizados em relação aos efeitos da integração, os quais mesmo que de forma ainda difusa, começam a ser sentidos. Entretanto, a maior dificuldade do Parlasul é obter o empenho dos parlamentares. Existe certo desconhecimento e desinteresse sobre as negociações do bloco, bem como distanciamento em relação às suas instituições, muito embora, esse cenário possa sofrer mudanças com o aprofundamento do bloco, ao envolver o cotidiano da sociedade implicaria no posicionamento mais nítido desses representantes.

Por sua vez, se a dinâmica do processo de tomada de decisões do Mercosul permanecer concentrado no Poder Executivo, os parlamentares permanecerão afastados, resultando na busca de outros meios não-institucionais pelos demais atores, na defesa dos seus interesses na integração (VIGEVANI; MARIANO; 1999).

Entretanto, a longo tempo, os governos enfrentam um período de adequação em duas dimensões, nas relações internacionais e no ambiente doméstico (VIGEVANI; MARIANO, 1999). Supostamente, há uma tendência cada vez maior, de ampliação do espaço de participação dos atores sociais e demais elites, contribuindo para sua influência no processo decisório, ao introduzir questões do interesse desses agentes na agenda governamental da política externa.



### 2.3. Partidos Políticos

Diferente da integração europeia, os partidos políticos na região sul-americana careceram da formação de redes interpartidárias as quais estimulariam a interação e participação na agenda regional. A própria estrutura partidária de cada país, pareceu dificultar a correspondência político-ideológica intrarregional, dificultando a capacidade de tais elites interagirem no nível transnacional (HIRST, 1996). Além disso, o multipartidarismo, o alto grau de fragmentação partidária e o escasso nível de orientação nos partidos políticos na maioria dos países sul-americanos, contribuíram para a alta mobilidade das alianças eleitorais e frágil disciplina no seio das coalizões políticas (ESCODER; IGLESIAS, 2010).

Por outro lado, a qualidade das políticas em questões importantes da política externa dependeria também da natureza do sistema de partidos, das características próprias de cada partido político, bem como da sua atuação na área legislativa. Um sistema político com um número pequeno de partidos e coalizões partidárias institucionalizadas poderia colaborar na cooperação e orientação consensual e sustentada das políticas. Não obstante, tais características nem sempre são vislumbradas no funcionamento do sistema político dos países sul-americanos, como acontece no Chile e na Argentina.

A baixa participação dessas elites na integração regional deve-se a outros fatores, como a amplitude da agenda nacional dos países envolvidos; ao entendimento histórico em alguns países de que o estabelecimento das diretrizes da política externa não caberia aos parlamentares e sim às Chancelarias; ao papel central dado ao governo federal na política externa; à estrutura institucional da própria integração que carece de incentivo à participação partidária; e à própria instabilidade e crises partidárias inerentes à redemocratização da região (OLIVEIRA, 2003).

No Brasil, as elites partidárias não costumam incorporar o bloco do Mercosul na estratégia da ação política. Os debates realizados no Senado e na Câmara dos Deputados limitaram-se à aprovação dos acordos internacionais assinados pelo governo. Tradicionalmente, os partidos políticos brasileiros priorizaram os grandes temas domésticos nas suas agendas partidárias, como a estabilização, o crescimento, e a dívida externa, no âmbito econômico; a melhor distribuição de renda, a educação, a saúde, e a violência no âmbito social. Por outro lado, o interesse das elites partidárias na integração estaria também relacionado ao retorno que o tema provoca em favor do prestígio e dos resultados eleitorais (OLIVEIRA, 2003). Dessa forma, a temática torna-se vertente secundária aos interesses principais desses atores.

Na Venezuela, a partir das eleições de 1998, o país enfrentou mudanças drásticas, inclusive na estrutura dos partidos políticos. Chávez, ao atuar de forma independente, não construiu políticas consensuais, e tampouco incorporou os diversos setores da sociedade, como os partidos políticos no projeto bolivariano de integração e na tomada de decisões quanto à regionalização “Hacia el Sur” (SERBÍN, 2010). Assim, os partidos políticos na Venezuela ficaram marginalizados na formulação da política externa do governo, cujas ações não refletem na dinâmica da integração.

No Chile, por sua vez, os partidos políticos demonstraram interesse em assuntos da política externa, como o próprio Acordo de Associação com o Mercosul. Contudo, nas arenas formais do acordo, como a formulação da própria política comercial chilena, os interesses das elites partidárias não foram incorporados, deixando esses atores à margem da discussão regional (SEPÚLVEDA; OYARZÚN, 2010).

Atuando como forças integradoras, na América do Sul, uma série de partidos levantou a bandeira da integração regional, quando estavam em oposição. Uma vez eleitos, esses candidatos tentaram materializar suas intenções, ainda que nem sempre lograssem todas as

promessas, como o Partido dos Trabalhadores no Brasil e o Partido Justicialista na Argentina - conhecido também como Partido Peronista (TUSSIE; TRUCCO, 2010).

A campanha de Aloizio Mercadante do PT, candidato a senador em 2002 no Brasil, demonstrou as ambições do partido, em avançar na integração econômica entre Brasil e Argentina, embora elas ainda não tenham sido alcançadas.

Da mesma forma, no intuito de atender demandas da sociedade e das próprias elites, objetivando angariar votos, os partidos políticos em candidatura, podem se mostrar contrários à integração, regional constituindo uma força desintegradora, quando for interessante à sua base eleitoral. No Brasil, José Serra, candidato à presidência pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 2010, manifestou sua insatisfação com o Mercosul, o qual, segundo ele, impedia a instituição de acordos bilaterais, implicando prejuízos, sobretudo, às elites empresariais do país. Bastante criticada pelo PT, a proposta de José Serra baseou-se na flexibilização do Mercosul, ou seja, tornar maleável alguns acordos assinados e retroceder nas etapas conquistadas pelo bloco, como na conformação da união aduaneira, a qual implica a tarifa externa comum, e no estabelecimento da política comercial comum – consistindo em uma proposta desintegradora. O intuito de suas proposições almejava a negociação de acordos bilaterais com países terceiros, atendendo aos desejos das elites empresariais brasileiras, as quais são bastante pragmáticas na defesa dos seus interesses, como discutido a seguir.

Existe a possibilidade de que o avanço dos projetos regionais seja incorporado no cotidiano da sociedade, bem como na agenda partidária, como um tema importante para a catalisação de votos, polarizando políticos e eleitores em prol ou em oposição à integração. Até o momento, estes atores caracterizam-se por reagirem à integração, em detrimento de ações propositivas.

## **2.4. Empresários**

Até meados da década de 1980, os setores empresariais sul-americanos estiveram à margem das discussões oficiais sobre a integração sul-americana. O fato era decorrente tanto da passividade do empresariado face ao baixo incentivo para influenciar as posições governamentais e institucionalizar sua participação, quanto da falta de compromisso do Estado em oferecer canais de participação desses atores (EPSTEYN, 2010). Em 1991, com a criação do Mercosul, esse cenário passou a contemplar o interesse das elites empresariais nas negociações e comércio regionais. O livre-comércio proporcionado pela integração começou a ser vislumbrado por um seleto grupo de empresários, principalmente do Brasil e da Argentina (BOUZAS; AVOGRADO, 2002).

Ainda assim, a estratégia primária da integração do Mercosul concernia, prioritariamente, às necessidades das elites políticas, centralizada no poder executivo. A decisão de estreitar as relações entre os países do bloco revelava a motivação política antes da econômica (VIGEVANI; VEIGA, 1997), desmotivando a atuação vigorosa das elites empresariais. Além disso, na gênese da integração, faltaram incentivos concretos que impulsionaram o setor produtivo em influenciar o governo e institucionalizar sua participação (EPSTEYN, 2010).

Não obstante, por meio do interesse do grupo empresarial minoritário, surgiram oportunidades do envolvimento dessas elites na integração regional, fortalecendo a interação entre os atores estatais e empresariais. Primeiro, a presença dessas elites aconteceu nos Subgrupos Técnicos do Mercosul (SGTs) relacionados ao setor, como SGT1 para Assuntos Comerciais, o SGT 7 para Política Industrial e Tecnológica, e ainda o SGT 8 voltado para a

Política Agrícola. Por conseguinte, formalizando o interesse do grupo dos quatro países pelo bloco, foi estabelecido o Conselho Industrial do Mercosul (CIM), cujo objetivo era a intervenção das elites empresariais.

Apesar da dificuldade de adesão maciça do empresariado brasileiro no projeto do Mercosul, foi criada a Associação de Empresas Brasileiras para Integração do Mercosul (ADEBIM), fomentando a internacionalização das empresas brasileiras, e constituindo um canal de recomendações ao governo.

Na conformação do Protocolo de Ouro Preto, em 1995, as elites empresariais do setor exportador dos quatro países membros, formalizaram a criação do Conselho do Comércio Exterior do Mercosul (Mercoex), para ser o interlocutor do setor empresarial com os organismos do bloco. Compunham o Mercoex: a Câmara de Exportadores da Argentina (Cera), a Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), a União de Exportadores do Uruguai e a União dos Importadores do Paraguai.

O mesmo Protocolo instituiu o órgão consultivo de representação da sociedade civil, o Foro Consultivo Econômico Social (FCES), pioneiro na representação de atores não-governamentais, constituindo o mecanismo formal de consulta público/privado, muito embora sua função seja apenas de proferir recomendações, ou seja, não é provido de poder decisório.

Apesar de todos esses órgãos constituindo verdadeiros canais de organização à participação, eles se depararam com alguns entraves na participação da edificação da integração. Primeiro, por não representarem amplamente os empresários dos países envolvidos, segundo, pelas possibilidades e dificuldades domésticas de cada Estado, e por fim, pelas próprias elevadas assimetrias na industrialização dos países da região.

No final dos anos 1990, as elites empresariais argentinas sofreram com a deterioração econômica do país, a qual assolou muitas indústrias nacionais argentinas, e com os conflitos comerciais com o Brasil, ocasionando insatisfação do empresariado de todo o bloco. Por sua vez, às elites empresariais brasileiras, a vertente do regionalismo sul-americano somente adquiriu estratégia a partir de 2003, com o crescimento das exportações e investimentos brasileiros na região, revertendo a balança de comércio do Brasil com os países vizinhos. Antes disso, somente algumas associações empresariais obtiveram resultado em alguns setores específicos, como o automotivo, em particular, fomentando as cadeias produtivas na região.

A crescente importância dada pelas elites empresariais coincidiu com a centralidade dada à região pelo governo de Lula. A princípio, a visão de ambos parecia convergir, mas não tardou o surgimento de conflitos estratégicos. Enquanto a CNI e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) passaram a demandar mais iniciativas para melhorar e preservar o acesso aos mercados e aos investimentos brasileiros na região, o governo priorizava assuntos não econômicos na integração (EPSTEYN, 2010).

No caso das elites empresariais chilenas, a Confederação da Produção e Comércio do Chile (CPC), consonante com o governo, defende a abertura comercial e inserção a distintos mercados, inserindo-se na região (DURÁN; OYARZÚN, 2010). Inclusive, o país demonstrou uma política de incorporação das empresas nas etapas de negociação comerciais dos projetos regionais. Contudo, a extensa quantidade e heterogeneidade de coalizões, acordos bilaterais e regionais dificultam traçar uma estratégia para a América do Sul. Em relação à entrada no Mercosul, os empresários chilenos mostraram-se convictos que o bloco, ao impor aumento da tarifa externa, contraria o desenvolvimento baseado na abertura comercial com os países desenvolvidos. Ademais, as principais associações empresariais chilenas desconfiam da instabilidade institucional dos países da região, face ao descumprimento dos acordos de livre comércio e investimento estrangeiro, como a expropriação da Petrolífera espanhola YPF pela

Argentina em 2012. A tendência é que os empresários chilenos se inclinem pelos negócios com os países que apresentem efetiva e estável governabilidade político-institucional e zelem pelas regras do comércio internacional (DURÁN; OYARZÚN, 2010).

Por sua vez, no caso dos setores empresariais venezuelanos, a agenda chavista foi marcada pela reorientação focada no regionalismo sul-americano. Diferente do governo anterior, quando o setor empresarial esteve envolvido ativamente nas negociações comerciais, a tendência chavista foi prestigiar os interesses governamentais, exercendo limitada consulta aos demais setores. A razão do crescente distanciamento das elites empresariais é dada pelo assédio do governo com ameaças de expropriação e estatização, criando oposição a Chávez. Ainda que cautelosas, as elites empresariais tradicionais do país estão voltadas ao mercado regional, em especial ao mercado andino (SERBIN, 2010).

Na Bolívia, as elites empresariais bolivianas por identificarem nos países da região indústrias concorrentes aos seus produtos pouco elaborados, vislumbram maiores estratégias de comércio com os Estados Unidos, através da instalação de sua produção no Peru. Mesmo assim, essas elites industriais reiteram, constantemente, os compromissos com a ALBA e com a Comunidade Andina, embora apresentem os maiores fluxos comerciais para Brasil e Argentina, comprovando o interesse desse segmento boliviano também no Mercosul (MRE, 2011).

Como visto, as políticas de integração regional geram consequências distributivas, fomentando ganhadores e perdedores, caracterizados como os impulsionadores e os resistentes à integração. As pressões e tensões que atingem as elites empresariais são assimiladas de diferentes formas pelos setores voltados à exportação e à importação, podendo também provocar posturas e percepções antagônicas. A coexistência dentro da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) de segmentos defensivos, resistentes à integração, indústrias dependentes de proteção, e interesses ofensivos, os quais defendem a liberalização comercial, provocaram verdadeiros conflitos de estratégia no cerne da entidade empresarial. Além disso, como os interesses e a representação empresarial na região são fragmentados, e os recursos técnicos limitados na maioria dos países sul-americanos, as divergências entre os setores exportadores e importadores ocasionam problemas de coordenação no interior da representação setorial (ESCUDE; IGLESIAS, 2010).

Portanto, vislumbram-se regionalmente elites empresarias com distintos interesses, motivações, interesses e forma de atuação. No Brasil, a extensa pauta comercial determina aspirações diversas nas elites empresariais. Aquelas pertencentes ao Mercosul sofrem, muitas vezes, pelas dificuldades do próprio bloco e por uma agenda de integração, atualmente menos voltada para a liberalização comercial.

No entanto o pragmatismo sobre os potenciais ganhos comerciais que podem ser obtidos na região é latente, instigando essas elites a conduzirem, de alguma forma, a construção e os meandros da integração sul-americana, quer seja para defender mais abertura comercial ou resistir a ela.

Mesmo enfrentando barreiras, algumas associações empresariais demonstraram sua capacidade de influência em relação às políticas econômicas, como as políticas voltadas à imposição de impostos, tarifas, regulamentações financeiras entre outros (TUSSIE; TRUCCO, 2010). Por sua vez, as grandes empresas sul-americanas não se limitaram a fazer *lobby* perante o governo, foram protagonistas da integração regional, tanto junto ao governo, como contrário a ele. Assim, as elites empresariais atuaram como ativas e reativas, com ações positivas e negativas à integração, com ações compreendendo as quatro ordens da dinâmica da integração.

A importância dessa atuação é evidente. Um dos maiores elementos impulsionadores da integração regional calcada em objetivos econômicos, como propunha o regionalismo

aberto, constitui na presença de empresários ativos e interessados nesse processo. Quando o segmento empresarial se envolve na integração, estabelecendo mecanismos internos de ação coletiva efetiva e canalizando suas demandas em áreas institucionalizadas, com provisão de regras e horizontes estabelecidos, torna-se plenamente capaz de mobilizar a agenda de integração em outras áreas.

Além disso, a participação, ainda que instável, das elites empresariais no interior do processo determinou parte da qualidade e intensidade da integração, bem como implicou em muito dos benefícios que a sociedade e as próprias empresas podem usufruir dela. Mesmo que os acordos de integração sul-americanos sejam impulsionados e conduzidos pelos respectivos governos, a integração é dependente dos incentivos, oportunidade e capacidade dessas elites, para enriquecer os fluxos comerciais e investimento entre os sócios.

## 2.5. Sindicatos

Até meados da década de 1980, o envolvimento das centrais sindicais nas questões externas mantinha-se superficial, faltavam canais de influência efetiva, embora o interesse desses atores fosse latente. Em 1986, com o engajamento das principais organizações sindicais da região, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Força Sindical no Brasil, a CUT do Chile, CUT do Paraguai, a *Central de Trabajadores de Argentina* (CTA) e a CGT na Argentina, *Plenario Intersindical de Trabajadores* (PIT) e *Convención Nacional Trabajadores* (CNT) no Uruguai, e a Organización Regional Interamericana de Trabajadores (ORIT), foi criada a Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

Naquele momento, os principais objetivos da CCSCS consistiam na defesa da democracia, ou seja, lutar contra os regimes ditatoriais persistentes na região (Chile e Paraguai), e articular uma ação conjunta contra a dívida externa e seus efeitos sobre as economias dos países do Conesul. Dessa forma, inicialmente a integração regional não ocupou a agenda da organização. Contudo, com o desenrolar dos processos de integração no marco do regionalismo aberto, os riscos de que esses reduzissem os postos de trabalhos, gerassem práticas de *dumping* social e intensificassem o desemprego foram determinantes para incluir o tópico da integração na agenda da CCSCS (HIRST, 1996). Portanto, a organização determinou como necessidade, o papel de liderança dessa entidade na integração econômica e social do Conesul. Mesmo que em cada país, a atuação dessas lideranças estivesse sujeita a determinados contextos políticos, emergiu a discussão da principal pauta dessa agenda: os interesses trabalhistas comuns.

A partir desse momento, os atores mantiveram postura propositiva no regionalismo, impulsionando propostas de implantação de políticas voltadas à integração produtiva (industrial e agrícola), demandando maior institucionalização do bloco, bem como políticas sociais no nível regional (EPSTEYN, 2010). Além disso, a percepção de que a integração poderia ser uma ferramenta de projeção sub-regional dos modelos políticos de organização trabalhista, e o interesse em evitar a expansão exacerbada das políticas liberais no mercado de trabalho, como aconteceu no Chile, atraíram esses atores para o ambiente regional (HIRST, 1996).

A participação das elites sindicais contribuiu para decisões relevantes tanto no âmbito do Mercosul, com a criação da Cúpula Sindical do Mercosul e do FCES, na promoção do Fórum Social Mundial, bem como na forte oposição à proposta da ALCA. No âmbito do Mercosul, algumas centrais sindicais tiveram participação em diferentes Subgrupos: política industrial (SGT7), política agrícola (SGT8), transportes (SGT5) e política energética (SGT9). Também constituíram o Subgrupo de Normas Trabalhistas (SGT10), reunindo governos,

elites empresariais e sindicais, visando assegurar o mínimo de garantias trabalhistas aos trabalhadores da região. Além desses grupos, os sindicatos participam do Subgrupo de Trabalho sobre Relações Trabalhistas, Emprego e Segurança Social (SGT11) e do Observatório de Emprego. O envolvimento dessas elites nos subgrupos do bloco facilitou a aglutinação das entidades sindicais dentro dos seus setores, como o setor automobilístico, energia elétrica, agricultura entre outros. Não obstante, muitos setores não lograram essa mesma coordenação (LIMA, 2011).

Além disso, houve alguns movimentos para incorporar a essas demandas pelos representantes do Poder Executivo e do Ministério do Trabalho: Mercosul, Bolívia e Chile criaram políticas comuns e harmonizaram, com algumas ressalvas, suas legislações trabalhistas. Os ministros também mantiveram posições comuns perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e aos fóruns internacionais, fortalecendo os temas trabalhistas (MARIANO, K., 2011).

A partir de 2003, no marco do relançamento do Mercosul, a CCSCS adotou postura otimista quanto aos rumos do Mercosul (CASTRO, 2007). As centrais sindicais basearam este otimismo nas declarações governamentais nesse relançamento do bloco, que pregava a construção de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, passados alguns anos, as elites sindicais começaram expressar sua frustração pelos poucos avanços logrados no Mercosul. Segundo elas, o bloco seguia aplicando um modelo exportador e de subordinação à política de estabilidade financeira e monetária atrelada ao modelo neoliberal. Ao mesmo tempo, contestavam a base do crescimento econômico calcada nos bens agropecuários e na capacidade de exportação das empresas transnacionais, bem como discordavam da solução dada aos conflitos comerciais e setoriais, que eram resolvidos por acordos políticos e temporários, que muitas vezes ocasionavam a redução das exportações.

Somado a esse descontentamento, não houve avanços quanto às reivindicações pela execução das premissas da Carta Social do Mercosul, a qual é constituída dos principais preceitos da luta sindical: a não discriminação e promoção da igualdade no mercado de trabalho, a eliminação do trabalho forçado, a garantia de liberdade de exercício de qualquer profissão ou ofício, a abolição do trabalho infantil e o aumento progressivo da idade mínima para ingresso no mercado de trabalho, a liberdade sindical, negociação coletiva e direito de greve. Por fim, não foram criados novos fundos a esse setor, embora todas essas requisições permaneçam na agenda política (LIMA, 2011).

No âmbito da Comunidade Andina das Nações (CAN), as principais organizações sindicais dos países andinos, como a Confederação de Sindicatos Autônomos da Venezuela (CODESA), a CGT da Venezuela e Colômbia, a Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), a Central Operária Boliviana (COB) entre outras organizações sindicais, criaram o Conselho Consultivo Laboral Andino (CCLA) em 1983, no intuito de promover a construção das agendas laboral e sindical no bloco. Não logrado este feito, atualmente o CCLA acusa a Comunidade Andina de não priorizar o fortalecimento da dimensão social, mantendo-se exclusivamente voltada ao comércio na concepção neoliberal (INTAL, 2007).

No marco da criação da UNASUL, a CCLA apoiou e demonstrou interesse na participação desse novo bloco, identificando-o com uma integração destinada a melhorar a qualidade de vida das sociedades envolvidas, através do desenvolvimento social. Enquanto isso, a CCSCS demonstrou preocupação com a ampliação do Mercosul, face à criação da UNASUL. O órgão expressou sua desconformidade com a ausência de avanços na reforma institucional para conjugar o Mercosul e a Comunidade Andina, os quais ainda enfrentavam obstáculos internos quanto ao aprofundamento e desenvolvimento da temática laboral e social, no amplo bloco em formação (CASTRO, 2007).

Em 2009, na *IX Cumbre Sindical do Conesul*, a CCSCS representando 25 milhões de

trabalhadores, reiterou novamente a importância da integração para superação da crise global e enfrentamento da redução do papel e capacidade de ação do Estado. Reivindicaram uma previsão profunda na declaração sócio-trabalhista para adequá-la às novas condições do mercado de trabalho, devido ao avanço da integração comercial e dos migrantes regionais (LIMA, 2011). Entre as vitórias logradas, destacam-se o *Acordo Multilateral de Seguridad Social*, ratificado pelos quatro países, permitindo a contagem de tempo da aposentadoria dos trabalhadores que exerceram sua profissão em mais de um país. Além disso, foi criada a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), com objetivo de proteger os trabalhadores do campo. Na Declaração do Mercosul, em abril de 2012, a CCSCS condenou as medidas protecionistas e de promoção comercial do bloco, as quais geraram crise permanente, debilitando o processo em momentos em que se requer força para enfrentar a crise mundial (CCSCS, 2012), evidenciando o descontentamento com o bloco.

Portanto, embora as elites sindicais através de suas representações institucionalizadas sejam reconhecidas pelas suas contribuições no campo laboral, ainda há dúvidas por parte desses atores, de quanto os processos de integração avançaram em resultados econômicos e sociais concretos, beneficiando e defendendo a agenda pelos direitos trabalhistas e sociais. Ainda que as elites sindicais reiterem o compromisso da integração, convencidos de que seja a principal ferramenta de desenvolvimento na região, o tema permaneceu, em muitos momentos, no plano secundário da agenda efetiva dos sindicatos domésticos dos países do Cone Sul na última década (EPSTEYN, 2010), muito embora, os avanços da interação das centrais sindicais com os negociadores do Mercosul amadureceram estes representantes na posição de negociadores, além de influenciar decisões governamentais, revertendo um quadro inicialmente bastante desfavorável à questão laboral (MARIANO, 2011).

## **2.6. Atores sociais**

Intelectuais, jornalistas e líderes de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e ONGs são os atores sociais, os quais apresentam alguma forma de influência e atuação nas propostas de integração, com destaque na participação e composição de Fóruns, Redes e Plataformas relacionadas aos interesses da região.

O retorno do regime democrático, somado às políticas econômicas insatisfatórias e às crises socioeconômicas dos anos 1990, culminaram na emergência exponencial deles, capazes de liderar múltiplos interesses da sociedade civil. No âmbito político, a desarticulação do Estado face à fragmentação e debilidade das organizações sociais governamentais, e a transformação dos esquemas de representação tradicional, devido à sua perda de influência e controle dos novos conflitos da sociedade, intensificou a participação dos atores sociais na reconstrução da trama política e social dos países da América do Sul (GUIÑAZÚ, 2003 *apud* ESCUDER; IGLESIAS, 2010). A articulação dos diferentes grupos sociais produziu novas plataformas e arcabouços à região, como a Cúpula dos Povos pelos Direitos Humanos, a Aliança Social Continental e a Cúpula Social pela Integração dos Povos, favorecendo a participação cidadã em múltiplas questões.

Na integração sul-americana, esses atores, muitas vezes, vislumbraram um instrumento para combater as medidas do Consenso de Washington e conter a influência dos Estados Unidos na região, como visto no manifesto da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP). Da mesma forma, as relações com a potência estadunidense eram entendidas como entrave ao avanço das propostas regionalistas (CERVO, 2011). Por conseguinte, muitos movimentos sociais ganharam força ao incorporar o debate oposicionista às negociações comerciais da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) na pauta da agenda prioritária desses movimentos (VEIGA; RÍOS, 2007).

Embora sindicatos e movimentos sociais possam dispor de reações diferentes aos tratados regionais, opõem-se fortemente aos acordos com os países industrializados e à adesão aos preceitos neoliberais. Esse consenso pode ser identificado nos discursos dos movimentos sociais que ganharam força na região nas últimas décadas, como o Movimento do Sem Terra no Brasil e o REBRIP; os *Piqueteiros* e a Frente Popular Darío Santillán na Argentina; os movimentos indígenas no Chile, como o “Ad-Mapu” - organização indígena mapuche; a Coordenadoria de Defesa da Água e da Vida em Cochabamba na Bolívia.

A interferência do regionalismo no cotidiano social mobiliza, principalmente, os grupos e movimentos sociais organizados por uma participação mais vigorosa, que lhes garanta a maximização dos ganhos e benefícios em detrimento da minimização dos custos (VIGEVANI; MARIANO, 1999). Assim, no plano regional, ainda que a participação desses movimentos no Mercosul e as Cúpulas das Américas seja gradual, as organizações locais são coadjuvantes em promover redes na esfera regional em defesa dos interesses locais.

No caso da organização argentina “Poder Cidadão”, foram estabelecidos vínculos inter-regionais sobre a defesa da educação para a democracia, transparência e direitos humanos. Essa ONG ainda exerce pressão sobre o governo e apresenta recomendações e sugestões para a participação social nas Cúpulas Regionais, como no “Acuerdo de Lima”, o qual capacita burocratas na promoção de eleições transparentes e melhorias nas condutas eleitorais da região (PODER CIUDADANO, 2012)

No Brasil, a Rede Brasileira para a Integração dos Povos (REBRIP) tem como objetivo atuar nos processos de integração regional e comércio, defendendo a construção de uma sociedade democrática pautada no desenvolvimento econômico, social, cultural, ético e ambientalmente sustentável. A rede também propõe alternativas de integração, opostas à lógica da liberalização comercial e financeira predominante nos acordos econômicos. Os esforços da REBRIP são somados ao da organização Aliança Social Continental, de cunho sindical e de objetivos semelhantes (REBRIP, 2012). Desde 2003, a REBRIP e outras organizações sociais aprofundaram o diálogo com diferentes agências e Ministérios. Essas organizações foram convidadas a participar do Conselho Consultivo do Setor Privado (Conex) da Camex, do Foro Consultivo Econômico e Social (FCES) e de alguns Grupos de Trabalho do Mercosul, como a Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar (REAF) e a Reunião Especializada da Mulher (REM).

Durante todo o governo de Lula, ampliou-se o acesso dos movimentos sociais nas instâncias decisórias relativas à política externa e integração regional (EPSTEYN, 2010). Desde então, a mobilização dos atores sociais ocupa maior espaço nos partidos políticos e na formulação de políticas governamentais, agindo na promoção da integração e opondo-se a essas, atuando como forças *desintegradoras* em algumas situações. Ainda algumas ONGs tornaram-se chaves para a construção da agenda dos assuntos públicos, mesmo que sua capacidade de intervenção seja limitada. Não obstante a autonomia e a capacidade de participação mais proativa, institucionalizada e coesa das ONGs, atores e movimentos sociais estão em construção e desenvolvimento na maioria dos países estudados, como no Chile e na Bolívia.

Na Bolívia, na década de 1990, os atores sociais foram contemplados com a “Lei de Participação Popular”. As bases dessa nova lei defendem a maior autonomia da sociedade civil na gestão pública dos municípios, reconhecendo as formas de organização social dos povos indígenas e direitos para participação no nível local. Porém, a lei não garantiu naquele momento a participação mais efetiva dessa sociedade nos tópicos da agenda externa (HENGSTENBERG; KOHUT; MAIHOLD, 1999).

Os atores sociais ganharam espaço na Comunidade Andina somente na última década. Em 2011, foi declarado o “Ano Andino de Integração Social”, promovendo políticas ativas de



coesão, igualdade e integração social no âmbito da integração andina. Dentro desse contexto, a Conferência sobre a Participação Cidadã em Cochabamba, possibilitou a concretização de algumas demandas de ONGs e lideranças da sociedade organizada (COMUNIDADE ANDINA, 2011). Ainda assim, na agenda desses atores prevalecem as demandas domésticas, sobretudo dos povos indígenas.

Não obstante, a evolução da sociedade civil na Venezuela também assistiu ao desenvolvimento de organizações e redes sociais com diversos valores e prioridades, as quais desempenham com crescente autonomia em relação ao Estado, sobretudo, quando não os enfrenta. No entanto, os movimentos sociais no país são acometidos pela polarização crescente dada as políticas de Hugo Chávez, o que afastou os movimentos sociais gradativamente de temas como a política externa. Ao mesmo tempo, o Estado não se preocupou em consultá-la diante decisões referentes à política “Hacia el Sur” ou pela promoção de uma nova visão regionalista, assumindo que o governo já representava os interesses dos cidadãos que haviam eleito Chávez.

Ainda assim, algumas exceções sobreviveram a esse cenário polarizado. O Instituto Venezuelano de Estudos Sociais e Políticos (INVESEP) e a Rede “Sinergia” a qual agrega organizações da sociedade civil compartilham uma visão ampla e de apoio à integração sul-americana, embora detenham limitada participação, sobretudo em relação às elites empresariais que gozam de maior espaço na esfera política e se utilizam de alguns movimentos sociais para atender os objetivos corporativos (SERBÍN, 2010).

Portanto, ainda que os países da América do Sul tenham superado o quadro de ditaduras militares, cabe a consolidação dos atores sociais como contrapartida ao papel predominante dos governos, para defesa dos seus interesses. O Mercosul não é resultado de aspirações coletivas e consultas sociais, muito menos um produto da construção das lideranças sociais dos países membros, daí a ampla necessidade da articulação e envolvimento desses atores no âmago do processo, conformando-o às demandas emergentes (ESCOBAR, 2007).

Entre intelectuais o volume de publicações, quantidade de colóquios e o número de projetos de cooperação entre Universidades e outras Instituições, assinalam essa tendência (CERVO, 2011). Da mesma forma, as Redes regionais parecem se orientar nesse mesmo caminho. Elas objetivam criar um amplo consenso, convergir interesses, apagar diferenças e divergências, propiciando a formulação de estratégia coesa, unificada e fortalecida para se incorporarem formalmente nas negociações dos processos de integração regional. Ainda assim, a interveniência de cada elite social depende dos objetivos próprios, cujo consenso resultará do poder e habilidade de cada ator em definir os seus interesses para maximizar os ganhos no cerne da integração.

Definitivamente, embora a importância desses atores na construção dos projetos integrativos, eles carregam percepções e interesses muitas vezes divergentes, que podem refletir os interesses da sociedade organizada, mas podem se concentrar nos propósitos individuais de cada ator. Geralmente o entendimento das elites sociais depende também, em grande parte, da forma como as informações sobre o andamento e resultados da integração chegam até elas (VIGEVANI; MARIANO, 1999). Por isso, são atores de reações díspares, podendo apresentar políticas integrativas e se depararem com reações desintegradoras dentro do seu próprio grupo para as mesmas questões. Além disso, interagem a todo instante com os demais segmentos das elites, com os sindicalistas principalmente, podendo estabelecer prioridades em decorrência dessa interação. A partir desse conjunto de fatores, as percepções e reações dos atores sociais fundamentam o seu posicionamento ao longo do processo integrativo.

## Considerações Finais

A integração sul-americana, embora geralmente conduzida pelo poder executivo dos países envolvidos, desenvolve-se a partir de uma multiplicidade de atores da política, da economia e da sociedade civil. A partir de suas percepções e interesses, atuam através dos mecanismos ofertados, configurando-se como agentes integrativos, colaboradores, desintegradores e resistentes na dinâmica da integração regional.

As elites governamentais, sobretudo aos presidentes, são dados maiores instrumentos de poder para conduzir a integração sul-americana, compondo as instâncias decisórias dos projetos de integração. São atores que vislumbram sua projeção política no ambiente regional, respaldados pelas próprias chancelarias, além de visarem ganhos econômicos ao país. Ainda que detenham poder supremo na definição dos projetos regionais, suas decisões são influenciadas pela preferência nacional, composta pelas pressões e interesses dos múltiplos atores e elites nacionais.

Aos parlamentares que compõem o conjunto das elites governamentais, são ofertados canais limitados à participação no regionalismo. Além disso, incorporam com restrições a política externa na sua agenda principal de debates. Ainda assim, o desenvolvimento do Mercosul, por exemplo, tem favorecido esses representantes, com a criação de instâncias cada vez mais autônomas e dotadas de recursos.

Na agenda dos partidos políticos, os assuntos ligados à política externa, normalmente constituem plano secundário. Podem apoiar a integração regional quando em oposição, ou diante das elites aliadas que almejam os projetos regionais, como as elites sindicais, mas quando eleitos, nem sempre concretizam todos os seus propósitos. Ainda assim, os partidos políticos são canais da sociedade civil para defesa dos seus interesses, podendo agir de forma integrativa e desintegradora através dos parlamentares do partido ou mesmo quando eleitos.

Aos agentes empresariais com objetivos utilitários, são proporcionados alguns canais de intervenção e defesa dos seus propósitos, ainda que restritos, como o FCES e a participação em alguns Subgrupos do Mercosul. Com articulação, as elites empresariais se organizam em grupos e entidades domésticas, favorecendo o seu posicionamento na política externa do país. São atores bastante sensíveis às questões comerciais e econômicas, atuando de maneira ativa quando afetados. Uma vez que as elites empresariais possuem ampla interação com as elites governamentais, apoiando-as e atuando junto a elas, logram seus propósitos através da influência que exercem. Portanto, conseguem determinar alguns rumos e benefícios dos projetos regionais, sendo pragmáticos na atuação da dinâmica desses processos, apresentando posições resistentes e até desintegradoras quando atingidas.

De forma articulada e coordenada, as elites sindicais conseguiram resultados positivos nas alianças regionais que construíram. A partir delas, atuaram no âmbito dos projetos regionais de forma institucionalizada, participando de Subgrupos de Trabalhos e Fóruns específicos. Mesmo que a consecução de seus propósitos não tenha resultado na unificação dos direitos trabalhistas, as elites sindicais atuaram de forma propositiva na integração sul-americana, influenciando as elites governamentais na harmonização das legislações trabalhistas, e impedindo, muitas vezes, que políticas regionais infringissem os seus direitos.

Por sua vez, as elites sociais conformam os atores com maior diferença de percepções e objetivos. São lideranças da sociedade civil que enxergam na integração uma forma de alcançar objetivos próprios e defender seus grupos de interesses, cujo comportamento, geralmente reativo, respondem pelos estímulos advindos do regionalismo. Muitas vezes, essas elites atuam em conformidade com os objetivos de outras elites, formando redes com maior poder de influência. Ao mesmo tempo, podem apresentar entendimento antagônico em relação à política externa, conforme o acesso às informações. No Mercosul, usufruem do

FCES para expor seus propósitos, ainda que seja um canal limitado e sem poder decisório. Na última década, grupos organizados, movimentos sociais e ONG's lograram maior interação, formando redes regionais em consolidação, apresentando propostas de novos desígnios aos projetos de integração.

Portanto, as elites com as suas percepções, interesses, capacidade de influência e atuação, perseguem seus objetivos na integração, os quais coincidem somente em algumas ocasiões. Quando não coincidentes, é possível identificar um conjunto de interesses complexo, definido pelos atores e pelas dimensões envolvidas. Desse cenário, resultam os meandros da integração regional, a qual avança em algumas dimensões e retrocede em outras, conforme a conjuntura política, econômica e social de cada país e das condições no cenário internacional. Multifacetada, a integração regional é composta pelas ordens economia e política na sua esfera principal, abarcando outras dimensões relevantes, fundamentadas em valores sociais, culturais e ideológicos, cada vez mais estimuladas por essa gama de atores.

Finalmente, a integração sul-americana carece de mais instrumentos e meios que garantam o envolvimento e participação destes atores no seu cerne. Ademais, os processos devem considerar as demandas e atender esta gama de atores, que podem atuar de forma colaborativa e integrativa, tão necessárias ao aprofundamento e desenvolvimento dos projetos regionais.

## Referências Bibliográficas

BOUZAS, Roberto; AVOGADRO, Enrique. **La elaboración de políticas comerciales y el sector privado**. Memorando sobre Argentina. Buenos Aires: INTAL-Munck Center-Inter American Dialogue, p. 1-12, 2002.

BUSTAMANTE, Ana Marleny. Desarrollo institucional de la Comunidad Andina. **Aldea Del Mundo**, San Cristobal, venezuela, v. 16, n. 8, p.16-28, 09 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/18164/1/articulo16-2.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

BUSTAMANTE, Gilberto Aranda; RIVERA, Jorge Riquelme. Atores na Política Externa: O Caso do Congresso Nacional do Chile. **Polis**, Santiago, v. 10, n. 28, abril 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-65682011000100018&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682011000100018&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 10 julho de 2011.

CASTRO, Maria Silvia Portela de. El sindicalismo frente al Mercosur. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 211, p.66-80, out. 2007. Setembro-outubro de 2007. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3457\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3457_1.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2012.

CCSCS. Historia de la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur. Disponível em: <http://www.ccscs.org/>. Acessado em 02 de março de 2012.

CERA, Silvana Insignares. Las elecciones directas en el Parlamento Andino un camino para fortalecer su papel como institución promotora de la integración. **Rev. Derecho**, Barranquilla, n. 32, Dec. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-86972009000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-86972009000200013&lng=en&nrm=iso). Acessado em 13 de novembro de 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

COMUNIDADE ANDINA. **Sociedad Civil propone crear Consejo de Participación Ciudadana y gestionar reincorporación de Venezuela a la CAN**. 18 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.comunidadandina.org/prensa/notas/np18-9-11.htm>>. Acessado em 08 de maio de 2012.

DURÁN, Roberto; OYARZÚN, Lorena. Chile: El escenario regional como complemento a los tratados de libre comercio. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana**. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 4, p. 203-260.

EPSTEYN, Juan Claudio. Brasil: El escenario regional como complemento al escenario global. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana**. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 3, p. 109-202.

ESCOBAR, Ticio. 15 Años del Mercosur: el debe y el hacer de lo cultural. In: BARBOSA, Rubens (Org.). **Mercosul quinze anos**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007, p. 253-276.

ESCUDE, María Laura; IGLESIAS, Gonzalo. Argentina: El escenario global como complemento al escenario regional. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana**. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 2, p. 53-103.

HAAS, Ernest. "El Reto del Regionalismo". In: HOFFMAN, Stanley (ed.). **Teorias Contemporaneas sobre las Relaciones Internacionales**. Madrid: Editora Tecnos, 1963.

HENGSTENBERG, Peter; KOHUT, Karl; MAIHOLD, Günther (Eds.) Sociedad civil en América Latina: Representación de intereses y gobernabilidad. **Nueva Sociedad**, Caracas, 1999, p. 133-146. Disponível em <<http://www.latautonomy.org/LeyPP2a.PDF>>. Acessado em 15 de maio de 2011.

HIRST, Monica. La dimensión política del Mercosur: actores, politización y ideología. **Estudios Avanzados**. São Paulo, v. 10, n. 27, agosto de 1996. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141996000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200013&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 09 de julho de 2011.

INTAL. Centrais sindicais andinas posicionam-se ante a UNASUL. **Relatórios Subregionais de Integração: Carta Mensal 129**, Buenos Aires, abr. 2007. Disponível em: <[http://www.iadb.org/intal/articulo\\_carta.asp?tid=6&idioma=por&aid=228&cid=234&carta\\_id=516](http://www.iadb.org/intal/articulo_carta.asp?tid=6&idioma=por&aid=228&cid=234&carta_id=516)>. Acesso em: 21 agosto de 2011.

JORDANA, Jacint; RAMIÓ, Carles. **Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior em América Latina**. Buenos Aires: Intal, 2002.

LIMA, Marcos Lima. Democratizar para integrar: os impasses e as possibilidades de

participação social no Mercosul. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Sulamérica Comunidade Imaginada emancipação e integração**. Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 245-269

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. (Eds.) **Presidentialism and Democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

MALAMUD, Andrés, Presidentialism in the Southern Cone. A Framework for Analysis. **EUI SPS Working Paper**, nº1, 2001. Disponível em: <<http://catedras.fsoc.uba.ar/deluca/Malamud.pdf>>. Acessado em: 08 de junho de 2010.

MALAMUD, Andrés. La diplomacia presidencial y los pilares institucionales del Mercosur: un examen empírico. In *Relaciones Internacionales*, núm. 15, pp. 113-138. Octubre de 2010.

MALAMUD, Andrés. Presidentialism and Mercosur: A Hidden Cause for a Successful Experience. In LAURSEN, Finn (ed.). **Comparative Regional Integration: Theoretical Perspectives**. London: Ashgate, Aldershot, p. 53-73, 2003.

MALAMUD, Andrés;SCHMITTER, Philippe. La experiencia de integracion europea y el potencial de integración del Mercosur. In *Desarrollo Económico, Revista de Ciencias Sociales*, vol. 46, nº 181, pp. 3-31. Buenos Aires. Abril/junio 2006.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. A eleição parlamentar no Mercosul. **Rev. brasileira política internacional**, Brasília, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-732920110002\\_00007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-732920110002_00007&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 10 janeiro de 2012.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Globalização, integração e o estado. **Lua Nova**, São Paulo, n. 71, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452007000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 08 de junho de 2010.

MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. MERCOSUL: a emergência de uma nova sociedade. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 169-200, 2002.

MARIANO, Marcelo Passini. O modelo do Mercosul contido na política externa brasileira. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio (Org). **Sulamérica Comunidade Imaginada: emancipação e integração**. Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 219-344.

MRE. Bolívia. Série: Como Exportar. **Ministério das Relações Exteriores**. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. Divisão de Informação Comercial. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEX\\_Bolivia\\_.pdf](http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/CEX_Bolivia_.pdf)>. Acessado em 17 de novembro de 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. **MERCOSUR: atores políticos e grupos de interesses brasileiros**. Brasil: Editora Unesp, 2003.

ONUKEI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 27, Nov. 2006 . Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782006000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 02 de novembro de 2011.

PODER CIUDADANO. Disponível em: <[poderciudadano.org/](http://poderciudadano.org/)> Acessado em 22 de março de 2011.

REBRIP. Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Disponível em: [www.rebrip.org.br](http://www.rebrip.org.br) . Acessado em 02 de março de 2012.

ROGOWSKI, Ronald. Institutions as Constraints on Strategic Choice. In: David A. LAKE y Robert POWEL (Eds.). **Strategic Choice and International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1999, 115–36.

ROMERO MENDEZ, Carlos. **La entrada de Venezuela en el Mercosur: Repercusiones internas**. Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales, 2007. Disponível em: <<http://www.ildis.org.ve>>. Acesso em: 24 janeiro de 2010.

SAINZ BORGIO, Juan Carlos. La salida de Venezuela de la Comunidad Andina. **Politeia**. jun. 2007, vol.30, no.38, p.127-150. Disponível em: <[http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0303-97572007000100005&lng=es&nrm=iso](http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572007000100005&lng=es&nrm=iso)>. Acessado em 17 de novembro de 2011.

SANTOS, Maureen (Org.). **Integração na América Latina**: subsídios para debater a integração dos povos. Aliança Social Continental; Campanha Brasileira contra ALCA/OMC; Rede Brasileira pela Integração dos Povos. 2006. Disponível em: <<http://www.rebrip.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/20/File/Publica%C3%A7%C3%B5es%20REBRIP/cartilhaintegracaoregional.pdf>>. Acessado em 09 de abril de 2012.

SARTI, Ingrid. A arquitetura política e os desafios da institucionalidade da integração sul-americana. In: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **Sulamérica Comunidade Imaginada emancipação e integração**. Niterói: Editora da Uff, 2011. p. 177-191.

SEPÚLVEDA, Roberto Durán; OYARZÚN, Lorena. **Actores sócio-políticos y sócio-económicos en el diseño y ejecución del regionalismo em Chile, período 1995-2008**. Serie Regionalismo. Buenos Aires: Flacso, 2009.

SERBIN, Andrés. Venezuela: El escenario regional como un deseo de un único escenario. In: TUSSIE, Diana; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo, 2010. Cap. 7, p. 447-542.

TUSSIE, Diane; TRUCCO, Pablo. **Nación y Región em América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo, 2010. 650 p

VEIGA, Pedro da Motta; RÍOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul**: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: CEPAL, Série Comércio Internacional, n. 82, 2007.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. Estratégias e alianças entre atores sociais. In: ILHA, Adair da Silva; VENTURA, Deisy (Org.). **Mercosul em Movimento**.

Série Integração Latino-Americana. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p.211-234.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello. OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Democracia e atores políticos no Mercosul. In: LIMA, Marcos Costa; MEDEIROS, Marcelo de Almeida (orgs.). *O Mercosul no limiar do século XXI*. São Paulo: Cortez/Clacso, 2000 (328p.), pp. 250-285

VIGEVANI, Tullo; VEIGA, João Paulo Cândia. **Globalização e Mercosul: política, indústria automobilística, informação**. Cadernos Cedec, nº 59. São Paulo: Cedec, 1997.